

MARCELO
ABELHA
RODRIGUES

**RESPONSABILIDADE
PATRIMONIAL PELO
INADIMPLEMENTO
DAS OBRIGAÇÕES**

**INTRODUÇÃO AO
ESTUDO SISTEMÁTICO
DA RESPONSABILIZAÇÃO
PATRIMONIAL**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

- R696r Rodrigues, Marcelo Abelha
Responsabilidade patrimonial pelo inadimplemento das obrigações: introdução
ao estudo sistemático da responsabilização patrimonial / Marcelo Abelha
Rodrigues. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2023.
240 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-609-6
1. Direito. 2. Direito patrimonial. 3. Responsabilização patrimonial. I.
Título.
- 2022-2739 CDD 342.2 CDU: 347.7
-

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito patrimonial 342.2
2. Direito patrimonial 347.7

SUMÁRIO

PREFÁCIO	V
NOTA DO AUTOR.....	IX
INTRODUÇÃO.....	XVII
CAPÍTULO 1 – CRÉDITO E SUA PROTEÇÃO	1
1. Crédito e sociedade	1
1.1 Etimologia: credor e devedor	1
1.2 Importância macroeconômica da relação débito/crédito	1
2. A proteção do crédito por meio da garantia patrimonial geral.....	4
3. As técnicas de proteção do crédito e da garantia patrimonial geral	8
4. A responsabilização patrimonial como um direito material de garantia para a proteção do crédito (pecuniário).....	12
CAPÍTULO 02 – CONCEITO, ONTOLOGIA, EVOLUÇÃO, CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA GARANTIA PATRIMONIAL GERAL.....	17
1. Introito: a relação obrigacional e a garantia da responsabilidade patrimonial.....	17
2. Conceituação.....	19
2.1 Discernindo os termos: o que é responsabilidade?	19
2.2 Discernindo a responsabilidade civil da responsabilidade patrimonial	21
2.3 O sentido e alcance da expressão “responsabilidade patrimonial”	23
2.4 A expressão o “devedor deve, o patrimônio responde”	24
2.5 Da responsabilidade pessoal à responsabilidade patrimonial	25
2.6 Natureza <i>legal</i> da garantia patrimonial.....	27
2.7 Garantia patrimonial geral como fator de <i>segurança</i> contra o <i>risco</i> do inadimplemento.....	29
3. Origem e evolução.....	32

3.1	Marcos teóricos	32
3.2	Evolução da execução pessoal para a execução do patrimônio	33
4.	Características	37
4.1	A garantia patrimonial coexiste com a dívida: nascem juntos	37
4.2	A garantia (responsabilidade) patrimonial antes e depois do inadimplemento	39
4.3	Segue: a sujeitabilidade abstrata e a concreta da garantia patrimonial....	39
4.4	Segue: a proteção jurídica do papel garantidor mesmo (principalmente) depois do inadimplemento	41
4.5	A garantia patrimonial e o dever negativo impeditivo do garantidor da livre disponibilidade do seu patrimônio	42
4.6	O inadimplemento: do direito à segurança ao direito de realização da segurança	46
4.7	A realização da garantia patrimonial: o poder de excussão do patrimônio do responsável	48
4.8	O desfalque patrimonial violador da garantia patrimonial (antes ou depois do inadimplemento) e sua tutela jurídica	49
4.9	Garantia (responsabilidade) patrimonial e solidariedade passiva	52
5.	Classificação	53
5.1	A responsabilidade patrimonial primária e secundária	53
5.2	Segue <i>lege ferenda</i> : responsabilidade patrimonial <i>principal e subsidiária</i>	62
5.3	Responsabilidade patrimonial subsidiária ou teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica?	63

CAPÍTULO 03 – O RELACIONAMENTO (DINÂMICA) ENTRE O DÉBITO E A GARANTIA (RESPONSABILIDADE) PATRIMONIAL.....

1.	Introito	67
2.	A situação jurídica subjetiva da garantia patrimonial inserida na relação jurídica obrigacional	69
3.	A garantia patrimonial na estrutura da norma que estabelece a relação obrigacional.....	71
4.	Responsabilização patrimonial e título executivo judicial ou extrajudicial.....	77
4.1	Nota prévia sobre a cognição plena, a evidência e o título executivo	77
4.2	Garantia patrimonial e execução	80
5.	Responsabilização patrimonial e execução para pagamento de quantia ...	84
6.	Responsabilidade patrimonial solidária e subsidiária e suas projeções no processo	85

CAPÍTULO 04 – O PATRIMÔNIO GARANTIDOR.....	89
1. Universalidades de fato e de direito	89
2. O patrimônio	91
2.1 Introito	91
2.2 Patrimônio: evolução conceitual	94
3. O sujeito <i>responsável</i> e o <i>objeto</i> do <i>patrimônio</i> (comum e especial)	100
4. A garantia geral e a acessória	104
5. Todo o patrimônio do responsável: bens presentes e futuros.....	105
6. Bens presentes e futuros do patrimônio responsável.....	106
7. Patrimônio garantidor do responsável e o regime da impenhorabilidade	110
8. Imunidades patrimoniais: absolutas ou relativas; totais ou parciais.....	111
9. Garantia patrimonial x impenhorabilidade relativa x ordem processual da penhora.....	112
10. A <i>realização</i> da garantia patrimonial por meio da tutela executiva expropriatória	113
11. A sujeição concreta do patrimônio penhorado e a sujeição abstrata do patrimônio não penhorado.....	115
12. Os limites políticos do patrimônio: o que não pode ser expropriado do executado.....	117
13. O patrimônio garantidor e sua limitação por convenção das partes.....	118
14. A flexibilização judicial da imunidade patrimonial: quebra da impenhorabilidade por decisão judicial.....	123
 CAPÍTULO 05 – O DIREITO QUE SERÁ GARANTIDO PELO PATRIMÔNIO DO RESPONSÁVEL.....	 127
1. Introito.....	127
2. Incidência e efeitos.....	129
3. Primazia do cumprimento e subsidiariedade da responsabilização patrimonial.....	131
4. Segue	133
5. O direito à <i>reparação do dano</i> garantido pelo patrimônio do devedor/responsável	134
5.1 Dano resultante do incumprimento legal e negocial e o dever/direito de reparação.....	134
5.2 A garantia patrimonial do dano resultante do dever legal violado e o dever/direito de reparação.....	135

5.3 A garantia patrimonial do dano resultante do incumprimento negocial e o dever/direito de reparação.....	136
6. Um pouco mais sobre a tutela específica e tutela pecuniária na perspectiva da garantia patrimonial	140
7. A garantia patrimonial do dever de pagar quantia: muito além da reparação de danos	142
8. Segue: a garantia patrimonial geral para proteger a prestação inadimplida e os <i>novos danos</i> decorrentes do inadimplemento	143
9. A garantia da responsabilização patrimonial: função subsidiária no incumprimento das obrigações específicas?.....	146
10. A descoincidência quantitativa entre o valor da prestação pecuniária e o valor coberto pela garantia patrimonial	147
11. Dever de indenizar, responsabilidade patrimonial e título executivo: o problema envolvendo a <i>indenização substitutiva da prestação devida incumprida</i> e a <i>indenização excedente da substitutiva</i>	148
CAPÍTULO 06 – TÉCNICAS DE PROTEÇÃO DA GARANTIA PATRIMONIAL GERAL.....	159
1. Introito: proteção do direito de garantia para eventual e futura responsabilização patrimonial	159
2. As técnicas de <i>prevenção</i> e <i>repressão</i> do prejuízo à garantia patrimonial ..	160
2.1 A tutela jurídica.....	160
2.2 A tutela preventiva.....	161
2.2.1 Introito	161
2.2.2 O “arresto” preventivo.....	162
2.2.3 A demanda/medida/atuação sub-rogatória pelo credor na posição jurídica do devedor/responsável.....	164
2.3 As técnicas de tutela repressiva de desfazimento do ilícito danoso (fraude patrimonial).....	167
2.3.1 A importância do momento do ilícito de desfalque patrimonial: entre o início da relação obrigacional e a efetiva expropriação judicial do patrimônio do executado (responsável)....	167
2.3.2 A fraude patrimonial.....	170
2.3.3 As fraudes contra o credor e contra a execução: hipóteses e tutela jurídica	171
2.3.3.1 Direito de propriedade do devedor e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial.....	171

2.3.3.2	O ato ilícito da fraude sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos	174
2.3.3.3	Fraude contra credores.....	176
2.3.3.4	Fraude à execução.....	181
2.3.4	A declaração de nulidade do negócio jurídico	185
2.3.5	A desconsideração da personalidade jurídica	187
2.3.5.1	Introito: finalidade da desconsideração.....	187
2.3.5.2	A desconsideração no CPC	188
2.3.5.3	Pontos de reflexão sobre o direito material e direito processual na desconsideração da personalidade jurídica	192
2.3.5.3.1	Os limites da impugnação do sujeito que se pretende atingir com a desconsideração	192
2.3.5.3.2	Os limites da demanda principal e do incidente em relação ao atingido	193
2.3.5.3.3	A desconsideração como modalidade de intervenção coacta de terceiro no CPC.....	194
2.3.5.3.4	Incidente que depende de requerimento e só vale no processo em que houve a desconsideração	195
2.3.5.3.5	Compatibilização do o procedimento executivo e procedimento cognitivo do incidente	195
2.3.5.3.6	Coisa julgada na desconsideração.....	197
2.3.5.3.7	Embargos de terceiro e incidente de desconsideração	198
2.3.5.3.8	Incidente de desconsideração instaurado pelo executado	202
2.3.5.3.9	Incidente de desconsideração e fraude à execução.....	202
2.3.5.3.9.1	Relembrando o conceito de fraude à execução para contraste com a desconsideração da personalidade jurídica.....	202
2.3.5.3.9.2	Elementos da fraude à execução..	204
2.3.5.3.9.3	O reconhecimento da fraude à execução e contraste com a desconsideração.....	206
2.3.5.3.9.4	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica...	206
	REFERÊNCIAS	211